

## A FORTALEZA DOS REIS MAGOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

Paulo César Possamai  
Doutor em História Social pela USP  
Professor do Departamento de História e do PPGH da UFRN  
[paulopossamai@cchla.ufrn.br](mailto:paulopossamai@cchla.ufrn.br)

RESUMO: Com a rendição dos holandeses, em 1654, os portugueses retomaram as fortificações costeiras que haviam estado na mão dos inimigos. Dentre elas estava a fortaleza dos Reis Magos, situada na capitania do Rio Grande. A documentação da época insiste em apontar o estado de ruína da fortaleza e a falta de soldados, armas e munições durante o período em questão. Os esforços feitos na tentativa de reforçar as defesas costeiras foram prejudicados pela eclosão da chamada “Guerra dos Bárbaros”, que opôs os colonos aos índios do sertão, quando os poucos recursos disponíveis foram canalizados para financiar a luta contra os indígenas. Trataremos aqui da situação de quase abandono da fortaleza nesse período crítico que se seguiu à expulsão dos holandeses da América portuguesa.

Com o propósito de afastar os franceses do litoral e conquistar o Rio Grande aos indígenas, assim como estabelecer uma ponta-de-lança a fim de garantir o avanço da colonização para os territórios situados a oeste e noroeste, o rei Filipe I de Portugal (e Filipe II de Espanha) ordenou ao governador-geral do Estado do Brasil que mandasse os capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba organizarem uma expedição para conquistar a região.<sup>1</sup>

A expedição foi comandada pelo capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem. Acompanhava-o um jesuíta espanhol, Gaspar de Samperes, ex-soldado e com experiência em arquitetura militar. Segundo Olavo de Medeiros Filho teria sido ele o autor do traçado da fortaleza. A obra foi iniciada em taipa, ou seja, em terra batida, em 6 janeiro de 1598, na foz do rio Potengi, razão pela qual recebeu o nome de fortaleza dos Reis Magos.<sup>2</sup>

Em 24 de junho, Mascarenhas Homem declarou que a fortaleza estava em estado de defesa. Passou então o comando da mesma a Jerônimo de Albuquerque, regressando a Pernambuco.<sup>3</sup> Entretanto, as obras prosseguiram no intuito de revestir a construção com pedra, a fim de aumentar a sua resistência contra as chuvas e as marés. Se os muros de terra resistiam melhor que os de pedra ao canhoneio, pelo

---

<sup>1</sup> LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos, missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*, pp. 54-55.

<sup>2</sup> FILHO, Olavo de Medeiros. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*, pp. 21-22.

<sup>3</sup> VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil*, p. 271.

menos nos estágios iniciais do bombardeio,<sup>4</sup> as intempéries lhes causavam danos constantes.

A fortaleza dos Reis Magos foi uma das primeiras fortificações revestidas de pedra no Brasil. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o uso da pedra na construção militar só se generalizaria depois da expulsão dos holandeses,<sup>5</sup> os quais preferiam as fortificações de terra batida, que não tinham o inconveniente de ferir os defensores com as lascas que se desprendiam da construção durante o bombardeio, como acontecia com as de pedra.<sup>6</sup>

Em 1630, Adriano Verdonck, espião a serviço dos holandeses, descreveu o forte dos Reis Magos: “este é o melhor que existe em toda a costa do Brasil, pois é muito sólido e belo... as muralhas podem ter 9 a 10 palmos de espessura e são dobradas tendo o intervalo de barro”.<sup>7</sup>

Três anos depois, os holandeses invadiram o Rio Grande e ocuparam a fortaleza, que passou a chamar-se castelo Keulen, em homenagem ao comandante da expedição conquistadora. Durante a ocupação holandesa as obras prosseguiram na fortaleza. Em 1638 foram contratados um engenheiro português, Cristóvão Álvares, e dois mestres-pedreiros do Recife, João Rodrigues e Antônio Pires, que comandaram o restauro e a melhora das defesas da fortificação.<sup>8</sup>

Entretanto as melhorias feitas não foram utilizadas para defender a fortaleza de um ataque português, já que a guarnição holandesa a abandonou em 1654, após a rendição do Recife.<sup>9</sup> Mesmo que a fortaleza não tenha sofrido um bombardeio por ocasião da reocupação portuguesa, as obras ainda não estavam completas e foram retomadas em ritmo lento. Em 1664 o vice-rei, Dom Vasco de Mascarenhas, escrevia

---

<sup>4</sup> KEEGAN, John. *Uma história da guerra*, p. 333.

<sup>5</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*, p. 227.

<sup>6</sup> VELLOZO, Diogo da Sylveyra. *Arquitetura militar ou fortificação moderna*, pp. 174-175.

<sup>7</sup> *Apud* FILHO, Olavo de Medeiros. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*, p. 25.

<sup>8</sup> FILHO, Olavo de Medeiros. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*, pp. 7-13.

<sup>9</sup> “Certo oficial que fugira de Recife numa jangada, na noite que precedeu à capitulação, levou a notícia do que estava acontecendo aos estabelecimentos de Itamaracá e Paraíba, ainda firmemente em poder dos holandeses. Disse ainda, provavelmente para justificar o seu modo de proceder, que os vencedores sanguissedentos ignorariam todas as condições a que haviam dado o seu assentimento, matando todos quantos viviam em Recife. Isso produziu tal pânico entre as guarnições do norte, que sem esperarem ser atacados, ou saber se elas se achavam incluídas nas cláusulas da capitulação, embarcaram quase todas às pressas nos primeiros navios de que puderam lançar mão, fugindo para as Antilhas. O exemplo foi seguido pelo anfibio coronel Haulthain, que entregou aos próprios prisioneiros portugueses a bem aprisionada fortaleza da Paraíba, fazendo-se à vela rumo ao mar das Caraíbas, e levando consigo, de passagem, a guarnição do Rio Grande”. BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil*, p. 342.

ao capitão-mor do Rio Grande, Valentim Tavares Cabral, que “à fortaleza acuda vossa mercê como puder e vá continuando as obras até se acabar o mais preciso”.<sup>10</sup>

Porém, a boa vontade do vice-rei não era suficiente para garantir o bom andamento das obras, como mostra a correspondência do capitão-mor, pedindo material de construção e alimentação para a guarnição. A situação econômica era difícil e o vice-rei mandou o capitão-mor retirar dos recursos destinados à construção da fortaleza o valor necessário para alimentar a tropa. A conjuntura era, de fato, extremamente delicada. Os holandeses exigiram uma pesada indenização para desistir do Brasil<sup>11</sup> e os portugueses ainda lutavam contra os espanhóis, que não reconheciam a ascensão da dinastia de Bragança ao trono lusitano.

Ao fim da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668), Portugal encontrava-se em péssima situação financeira, pois estava pesadamente endividado junto às nações que o auxiliaram a garantir a independência com relação à Espanha. Fato esse agravado pelo grande número de concessões feitas aos estrangeiros no comércio colonial, para assegurar o reconhecimento da ascensão da dinastia de Bragança ao trono português e também pelo início da produção açucareira nas Antilhas, responsável pela baixa no preço internacional do açúcar, até então a principal fonte de rendimentos da Coroa. Em vista da baixa dos rendimentos dos produtos coloniais, entre o Tratado de Londres de 1661 e os acordos de Methuen (1703), o comércio exterior português concentrou-se na venda da produção metropolitana: vinhos para a Inglaterra e sal de Setúbal para os Países Baixos.<sup>12</sup>

A situação não era crítica somente na metrópole, mas também nas colônias. O comércio com o Oriente fora praticamente desmantelado com a conquista de vários entrepostos pelos holandeses e a produção do açúcar fora desorganizada nas capitâneas do norte do Brasil durante a guerra. Não somente se deveria reorganizar a economia e restaurar as fortificações como ainda contribuir para o pagamento do acordo de paz com a Holanda.

Em 1665, os oficiais da Câmara de Natal escreveram ao rei, informando-lhe do péssimo estado em que se encontrava a fortaleza dos Reis Magos. Sobre os soldados, diziam “que de doze não são hoje mais de seis porquanto a miséria que

---

<sup>10</sup> GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p. 134.

<sup>11</sup> A rendição do Recife não significou o fim das pretensões holandesas sobre o Brasil. Portugal teve de pagar uma vultuosa indenização a fim de evitar uma guerra contra a Holanda. Cf. BOXER, Charles. *Op. cit.*, pp. 358-360.

<sup>12</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil*, pp. 248-249.

padecem os obriga a largarem a obrigação”. Queixavam-se que o vice-rei alegou que não tinha como socorrê-los, propondo que a guarnição fosse paga com os dízimos arrecadados na capitania, os quais não eram suficientes, segundo os camaristas. Pediam então que a Coroa sustentasse uma guarnição de oitenta soldados, mais os artilheiros e oficiais necessários, assim como a provesse com pólvora e munição. Asseguravam que o investimento na segurança dos moradores traria desenvolvimento à região, que se traduziria em mais contribuintes para a Coroa:

“pedimos a Vossa Majestade mande reedificar as ruínas da dita fortaleza, para que à sombra dela se povoe esta Capitania e tenha Vossa Majestade ou sua Real Fazenda nela lucros, porquanto se fazem dois engenhos de açúcar e far-se-ão mais se Vossa Majestade puser seus benignos olhos nesta nossa petição”.<sup>13</sup>

A Câmara tentava mostrar à Coroa que o investimento lhe traria retorno financeiro e que a sua ajuda era fundamental para o desenvolvimento da capitania, que se encontrava pouco povoada e com escassez de víveres e, portanto, dificilmente poderia sustentar a guarnição. Concluía o relato sobre as dificuldades em representar uma comunidade pobre, com poucos moradores e sem comércio de vulto com uma ameaça velada: “mais fácil seria aos moradores deixar a Capitania para outras e o mesmo será se o capitão-mor os quiser obrigar a que guarneçam a fortaleza”.<sup>14</sup>

O capitão-mor, Valentim Tavares de Cabral, deu seu aval ao documento enviado pela Câmara, acrescentando outra queixa. Dizia que fizera repetidos pedidos ao vice-rei, conde de Óbidos (1663-1667), para que lhe enviasse homens e munições, mas que nada se fazia por que o capitão-general de Pernambuco não atendia as ordens que vinham da Bahia devido a uma desavença com o vice-rei. Porém a falta de socorro não se vinculava somente a uma querela pessoal entre essas autoridades, mas provavelmente se ligava à dificuldade do governo de Pernambuco em sustentar todas as guarnições que estavam sob a sua administração, pois Cabral afirmava que o antecessor do conde de Óbidos, o governador-geral Francisco Barreto (1657-1663), já

---

<sup>13</sup> Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao rei D. Afonso VI. Natal, 28 de julho de 1665. *AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 1, D. 7.*

<sup>14</sup> Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao rei D. Afonso VI. Natal, 28 de julho de 1665. *AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 1, D. 7.*

havia mandado que o governo de Pernambuco guarnecesse a fortaleza dos Reis Magos com oitenta soldados, mas que nada se fizera nesse sentido.<sup>15</sup>

Ao tomar posse no governo do Rio Grande, em 1669, o sucessor de Valentim Tavares Cabral, o capitão-mor Antônio de Barros Rego e Catanho, informou que encontrara na fortaleza apenas um soldado, o filho de seu antecessor, mas que conseguira alistar sete soldados. Porém, como o governador-geral proibira ao provedor da Fazenda Real outras despesas além dos 60\$000 em farinha, os soldados deserdaram. Catanho apelou a Lisboa, salientando a posição estratégica da fortaleza dos Reis Magos: “Neste Estado está a dita Fortaleza, sendo que é a melhor deste Estado e mais fronteira aos tapuias e índios que poderá suceder que vendo-a desfabricada de tudo se poderão levantar”.<sup>16</sup>

Em 1670, o Conselho Ultramarino repassou ao rei uma representação da Câmara de Natal, acompanhada de uma carta do capitão-mor, nas quais se voltava a mostrar o estado de abandono da fortaleza dos Reis Magos, sem guarnição e munição suficientes. Outra vez propunha-se um efetivo de oitenta soldados a serem mantidos com os dízimos das capitânicas vizinhas da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, como acontecia antes da invasão holandesa, uma vez que os recursos da capitania do Rio Grande eram poucos e estavam consignados à reforma da igreja matriz.<sup>17</sup>

Uma carta régia de 26 de janeiro de 1671 ordenou ao capitão-general de Pernambuco a remessa de vinte soldados de infantaria e pólvora. O governador-geral, Visconde de Barbacena, reforçou a ordem para que de Pernambuco seguisse a pólvora necessária e mandou que se continuassem as obras de fortificação, porém suspeitava da malversação dos fundos, dizendo: “Convém em primeiro lugar se averiguar a forma em que há tantos anos, se tem despendido a renda dos mesmos dízimos na reedificação da Fortaleza sem luzir as obras dela”.<sup>18</sup>

Finalmente chegaram alguns soldados, pois o capitão-mor Antônio Vaz Gondim, escreveu ao rei que, no momento em que tomou posse, encontrou a fortaleza guarnecida com somente oito homens, mas, em dezembro de 1673, ela já contava com vinte, embora todos fossem infantes e não houvesse nenhum artilheiro. Pedia mais soldados até completar o número de oitenta infantes e dois artilheiros,

---

<sup>15</sup> Carta do capitão-mor do Rio Grande ao rei D. Afonso VI. Natal, 28 de julho de 1665. *AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 1, D. 8.*

<sup>16</sup> *Apud GALVÃO, Hélio. História da fortaleza da barra do Rio Grande, p. 136.*

<sup>17</sup> Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro. Lisboa, 12 de novembro de 1670. *AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 1, D. 12.*

<sup>18</sup> *Apud GALVÃO, Hélio. História da fortaleza da barra do Rio Grande, p.138.*

juntamente com as armas e munição necessárias. Informava ainda que tinha dado início à reconstrução da igreja matriz, porém, como a comunidade era muito pobre, pedia a ajuda da Coroa para a conclusão da obra. Acreditava que o templo serviria como um pólo de povoamento “por que em estando a igreja feita creio será meio para que esta cidade se povoe; tenho obrigado aos moradores de maiores cabedais a que tratem de levantar nela suas casas”.<sup>19</sup>

O Conselho Ultramarino foi de parecer que se mandasse o governador de Pernambuco enviar munições, vinte e cinco soldados, um alferes e um sargento para a guarnição da fortaleza e que um engenheiro verificasse a situação da mesma e também se encarregasse da construção da matriz.<sup>20</sup> O príncipe regente aceitou o conselho e, em 1674, ordenou ao governador de Pernambuco que enviasse ao Rio Grande o que fora recomendado pelos conselheiros. Por sua vez, a Câmara de Olinda ficava encarregada do sustento da guarnição do forte dos Reis Magos.<sup>21</sup>

A eclosão da “Guerra dos Bárbaros” forçou a Coroa a renovar as ordens para que o governo de Pernambuco enviasse armas e munições para a guarnição da fortaleza dos Reis Magos, em 1686. Se a subordinação da fortaleza ao governo de Pernambuco garantia o sustento da guarnição, também trazia problemas. Em dois de julho de 1689, o Senado da Câmara de Natal escreveu ao rei pedindo que os soldados fossem recrutados no Rio Grande, alegando que os pernambucanos logo desertavam. Porém, pedia que a guarnição continuasse a ser paga por Pernambuco “enquanto a sua fazenda real nesta capitania não chegar para esta despesa”.<sup>22</sup> A Coroa, entretanto, decidiu que não só a fortaleza se mantivesse sob a administração de Pernambuco como toda a capitania. Para facilitar a mobilização contra os índios, o Rio Grande foi separado da jurisdição da Bahia e anexado a Pernambuco em 1701.<sup>23</sup>

Em 1693, o Conselho Ultramarino deu conta à Coroa de diversas cartas acerca do estado de ruína da Capitania do Rio Grande e da fortaleza dos Reis Magos por causa da Guerra dos Bárbaros. Sugeriu então que o rei contratasse uma pessoa com o encargo de vistoriar as fortalezas e colocá-las em estado defensável.<sup>24</sup> Já em 1674

---

<sup>19</sup> Carta do capitão-mor do Rio Grande ao príncipe regente D. Pedro. Natal, 8 de dezembro de 1673. *AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 1, D. 14.*

<sup>20</sup> Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro. Lisboa, 7 de abril de 1674. *AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 1, D. 14.*

<sup>21</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo*, p. 179.

<sup>22</sup> *Apud* GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p. 140.

<sup>23</sup> LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade*, p. 83.

<sup>24</sup> Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 23 de novembro de 1693. *AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 1, D. 35.*

se criara uma Superintendência das Fortificações de Pernambuco e das demais capitanias do Norte, com tesouraria própria e autonomia administrativa, porém tudo indica que a medida não chegou a ser efetivada.<sup>25</sup>

O capitão-mor do Rio Grande informava o rei, em 1693, que todas as peças de artilharia da fortaleza estavam desmontadas, pois os canhões não possuíam carretas<sup>26</sup> que os sustentassem. A burocracia da administração colonial, somada às distâncias entre as autoridades aumentava muito a demora em sanar os problemas. O governador-geral mandou que as carretas fossem enviadas a Pernambuco onde deveriam ser consertadas pelo menor preço, mas ainda não tinham retornado por que não havia dinheiro para o pagamento da obra. Reclamava ainda que só encontrara cinco soldados na guarnição da fortaleza, onde “nem as portas estão capazes de se fechar”.<sup>27</sup>

Em 1699, o governador-geral escreveu ao governador de Pernambuco que, por ordem régia, ele deveria enviar para Natal mais trinta soldados, a fim de completar o número de cinqüenta, cifra sugerida pelo capitão-mor do Rio Grande como a necessária para a defesa da fortaleza dos Reis Magos.<sup>28</sup>

Na representação de dois de agosto de 1702, a Câmara de Natal alegava que os cinqüenta soldados da guarnição da fortaleza, tirados dos Terços de Pernambuco, eram “os de piores costumes”, que continuamente desacatavam as autoridades que não tinham meios de castigá-los. Voltava então a pedir que o recrutamento se fizesse na região, alegando que “nesta capital se acham moradores com muitos filhos capazes de formarem o dito presídio”.<sup>29</sup>

Parece estranha a petição da Câmara quando se sabe que o pagamento dos militares era sempre “mal, tarde, ou nunca”, conforme Boxer.<sup>30</sup> Porém no contexto econômico de Natal, uma pequena cidade com economia de subsistência, a profissão de soldado pode ter sido interessante para alguns jovens. Porém, se preferiam os da terra aos pernambucanos os camaristas sempre faziam questão de que o pagamento

---

<sup>25</sup> GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p. 136.

<sup>26</sup> “Carreta de artilharia. São dois paus muito grossos, com outros quatro atravessados, que sustentam a peça”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> acessado em 18 de junho de 2008.

<sup>27</sup> Carta do capitão-mor do Rio Grande, Sebastião Pimentel, ao rei D. Pedro II. Natal, 4 de agosto de 1693. *AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 1, D. 35*.

<sup>28</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo*, p. 213.

<sup>29</sup> *Apud* GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p.141.

<sup>30</sup> BOXER, C. R. *O império marítimo português*, p. 310.

da guarnição fosse feito pelo governo de Pernambuco, com a alegação de que os rendimentos da capitania não suportariam tal gasto.

A fortaleza dos Reis Magos foi mais um símbolo do poder da Coroa portuguesa no Rio Grande que um meio eficaz de proteção da costa. Os holandeses a tomaram sem muito esforço e, desde a sua saída, a fortaleza não voltou a enfrentar um ataque estrangeiro. Teve um importante papel na conquista da região aos índios mais foi, sobretudo, um motivo de orgulho para as autoridades locais e quiçá também para a população. Quase que invariavelmente, as cartas dos capitães-mores e do Senado da Câmara enviadas à Coroa pedindo homens e recursos para a fortaleza sempre a mencionam como a melhor do Estado do Brasil. Ao descrever o Rio Grande, Sebastião da Rocha Pitta, na sua célebre “História da América portuguesa”, não pode omitir o principal monumento da capitania: “a fortaleza dos Santos Reis das mais capazes do Brasil em sítio, firmeza, regularidade e artilharia, edificada sobre uma penha de grandeza desmedida com quatro torreões”.<sup>31</sup>

## BIBLIOGRAFIA

BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. Trad. Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2004.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> acessado em 18 de junho de 2008.

GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*. 2ª Ed. Natal: Fundação Hélio Galvão; Scriptorium Candinha Bezerra, 1999.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, Colonos, Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

\_\_\_\_\_. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. Recife, 2005, 699f. Tese (Doutorado em História do Norte-Nordeste) - Universidade Federal de Pernambuco.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

---

<sup>31</sup> ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América portuguesa*, p. 75.

\_\_\_\_\_. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

\_\_\_\_\_. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654*. São Paulo: Edusp, 1975.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América portuguesa*. São Paulo: Clássicos Jackson, 1958.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria da Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

VELLOZO, Diogo da Sylveyra. *Arquitetura militar ou fortificação moderna*. Organização e comentários de Mário Mendonça de Oliveira. Salvador: Edufba, 2005.

VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil, 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.